

A HISTORIOGRAFIA COMO FONTE: AS OBRAS DE BRAZ DO AMARAL E LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES SOBRE A INDEPENDÊNCIA DA BAHIA

Lina Ravena Souza Santos
Graduanda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: linah.ravena@hotmail.com

Palavras-chave: Historiografia. Bahia. Independência. Análise do discurso.

Embates históricos, principalmente os mais conflituosos, ocorrem pelo menos duas vezes: primeiro no evento em si e segundo nas batalhas historiográficas que se perpetuam até os dias atuais (CARVALHO, 1999, p. 65). Essas batalhas só fazem enriquecer o conhecimento histórico fazendo com ele nunca esteja acabado e que a cada nova obra resultante de mais um embate historiográfico o complemente mais e mais.

É concebido como historiografia o resultado e/ou “produto final da pesquisa histórica” (EPPLE; MALERBA, 2006, p. 23). Faz-se necessário o estudo dessa produção histórica a fim de comparar os pesquisadores, as épocas em que se deram essas produções, o que permaneceu delas e o que de novidade surgiu com as novas obras. Assim mais uma vez a compreensão histórica não ocorre apenas no texto ou nas fontes, mas em toda ação humana do passado capaz de ser regatada dos documentos e das fontes orais, a compreensão histórica sempre terá presente a experiência atual da vida dos historiadores (DIEHL, 2002). Textos como o de Maria de Lourdes Mônico¹, nos atentam para a importância do estudo historiográfico para a História, por essa refletir como qualquer outra fonte anseios individuais e coletivos, crises sociais, mudanças na própria história e na sociedade.

Dentro da historiografia baiana voltei a minha atenção a produção de dois historiadores subsequentes e seus escritos acerca da Independência da Bahia: Braz Hermenegildo do Amaral e Luiz Henrique Dias Tavares.

Braz Hermenegildo do Amaral nasceu no dia 02 de novembro de 1861, em Salvador, capital da Bahia e faleceu em 02 de fevereiro de 1849, na mesma cidade. Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1886. Foi professor desta mesma faculdade e lecionou, até 1909, História no Instituto Oficial do Ensino Secundário, que veio a ser chamado de

¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS: Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

Colégio Estadual da Bahia. Foi um dos membros fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894), do qual foi orador oficial e da Academia de Letras da Bahia. Produziu uma vasta obra historiográfica, publicado sob a forma de livros e artigos, merecendo citação: *a História da Bahia: do Império à República*, *a História da Independência da Bahia*, *A Conspiração Baiana* (sobre A Revolta dos Alfaiates), *Recordações Históricas*,² *Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional*, dentre outras obras.

Para Consuelo Pondé de Sena, Braz do Amaral era um “pesquisador infatigável, possuía alma de historiador” e “como os demais autores de seu tempo foi autodidata” (SENA, prefácio apud AMARAL, 2007, p. 5), sendo também um dos poucos que procuraram produzir um conhecimento histórico baseado na “pesquisa sistemática dos documentos” (LEITE, 2005, p. 54). Amaral é fruto de uma Bahia ciosa em resgatar a sua opulência dos tempos coloniais e da maior parte do Império, a qual teria sido perdida na Primeira República, quando ocorre uma mudança tanto do eixo econômico quanto político para o Centro-Sul do país. Dessa forma fez uma história da Bahia baseado em uma concepção de identidade baiana como brasileira, para ele a Bahia era a verdadeira heroína da Independência do Brasil.

Luiz Henrique Dias Tavares nasceu em Nazaré (Bahia), em 25 de janeiro de 1926. Graduou-se em Geografia e História pela Universidade Federal da Bahia, dois anos após a morte de Braz do Amaral, em 1951. Atuou como jornalista na imprensa comunista enquanto cursava o segundo grau; e “mais tarde iria viver uma outra fase de jornalista, no Jornal da Bahia, entre 1958 a 1963”, porém apenas como cronista, momento em que passou a explorar o seu lado ficcionista.³ Possui pós-doutorado pela University College London (1978) e pós-doutorado pela University College of London (1986). Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal da Bahia. Destaca-se na sua produção historiográfica: *A Independência do Brasil na Bahia*, *História da Bahia*, *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824*, *A Conjuração Baiana*, dentre outras obras. Tavares defende em uma entrevista concedida a *Revista de História da Biblioteca Nacional* que as histórias regionais são a história do Brasil, criticando uma visão sulista de história do Brasil.⁴ Entretanto suas obras procuram ater-se ao Recôncavo Baiano e a Salvador, até a 11ª edição de sua célebre *História da Bahia* se omite no que diz respeito ao sertão baiano.

² LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 305.

³ REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Mensal. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=855&pagina=2>>. Acesso em 26 jun. 2010.

⁴ Id.

Utilizar a produção historiográfica como fonte pode servir como uma alternativa, principalmente quando se pretende trabalhar com um tema já tão exaurido como a Independência da Bahia.

A independência da Bahia

Braz do Amaral e Luis H. D. Tavares tem a Revolução do Porto (1820), como um fator que influenciou o que Amaral chama de “Revolução Constitucionalista na Bahia” e que Tavares chama de “Pronunciamento de 10 de fevereiro de 1821”. Nesse episódio – esmiuçado na obra *História da independência na Bahia* (AMARAL, 1923) - a população baiana almejava uma constituição que pudesse levantar a pátria do seu profundo abatimento. Tavares também trata o episódio em sua *História da Bahia* (2008), ele diz que este levante teve duas faces a da madrugada do dia 10 de fevereiro onde - assim como já explanou Amaral (1957, p. 16) - se almejava uma constituição liberal, cortes e o Rei como soberano através da constituição e a outra face que seria a da reunião da Câmara, onde o Conde de Palma ditou os nomes de quem iria compor a Junta Provisória. Tavares não dá tanta atenção aos pequenos detalhes como Amaral, e este ainda chama atenção para um fator que Henrique Dias não comenta: a Revolução do Porto que influenciou a “Revolução Constitucionalista de 1821”, pois esta seguiu os princípios da constituição espanhola que de 1812, e como a daqui se pautaria na constituição portenha que ainda estava sendo elaborada, resumindo fez-se “um movimento por uma reforma política ainda não conhecida, senão como tese geral” (AMARAL, 1957, p. 17). Tavares também cita Hermenegildo como referência na abordagem desse tópico da história da independência da Bahia.

Fazendo um resumo do que precede a Independência da Bahia com a proclamação de uma junta provisória (governo provisório) a qual recebe de Lisboa um auxílio em tropas, contra as quais os baianos lutariam mais tarde na luta pela independência. Depois os deputados baianos são eleitos as cortes, entretanto ao chegar em Lisboa alguns deputados “mantiveram posições de defesa dos princípios liberais” e eram contra qualquer domínio de Portugal sobre a Bahia e nesse momento passaram a se identificar com deputados de São Paulo e Pernambuco os quais almejavam um poder executivo autônomo para o Brasil. O General Madeira e Melo assume as armas e dá o estopim na guerra pela independência, tomando Salvador e se valendo do apoio local para manter a Bahia unida a Portugal.

Mais um ponto em comum entre Tavares e Amaral é que eles sempre se referem a uma “Guerra de Independência do Brasil na Bahia”, para reafirmar o espírito patriótico da

população baiana. Por dedicar uma obra inteira ao episódio da Independência da Bahia, além de inúmeros textos publicados nas revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, é possível perceber no discurso de Amaral uma ênfase de que na Bahia se deu a verdadeira Independência do Brasil, realizada pelos seus filhos e não a que tinha sido promulgada em 7 de setembro de 1822. Tavares, no entanto não é tão radical quanto Amaral, pelo que é perceptível em seus escritos principalmente na sua “História da Bahia” é que a Bahia teve extrema participação na obra da independência nacional tanto antes com a sedição tentada de 1798 quanto após no nosso processo de rompimento com Portugal que culmina

Com a vitória do Exército e da Marinha do Brasil na Bahia, naquele julho de 1823 consolidou-se a separação política do Brasil de Portugal e anulou-se o perigo de um ponto de apoio para qualquer intervenção armada da Europa, (...) O 2 de julho ficou na reverência patriótica dos baianos que desde logo estabeleceram a tradição de comemorá-lo anualmente com a repetição da entrada do Exército pacificador na cidade do Salvador (TAVARES, 2008, p. 249).

Vale ressaltar que ambos não dão ênfase em Maria Quitéria, entretanto Tavares (2008) dedica uma dos seus textos de fim de capítulo a ela. Amaral (1957) dedica os finais dos seus capítulos de “História da Independência na Bahia”, para reproduzir os documentos nos quais se baseia, pois como ele mesmo diz “esta documentação acompanha cada um dos capítulos, pela vantagem de ir provando o que vai narrado no texto” como por exemplo:

O governo interino da Cachoeira, lutando com a falta de dinheiro, e com o descrédito que o comércio da Bahia promovia contra o Banco do Brasil, decretou o curso forçado do papel do Banco, mandou amoedar todo o metal que se pudesse obter e arrecadar para o tesouro, a título e empréstimo, por toda a província, os bens de órfãos, ausentes, capelas e resíduos, assim como dízimo do gado para sustentar o exercício e a defesa da causa da pátria. As provas do que acima fica exposto se encontrarão nos documentos da nota 6 (AMARAL, 1957, p. 374).

Eis aqui a um trecho da nota 6:

O conselho Interino de Governo desta Provincia me ordena por Portaria de 15 de Novembro do anno passado que eu faça immediatamente amoedar todos os dinheiros públicos desta Comarca provenientes de impostos e quaesquer outros ramos de renda Nacional e Imperial e que logo remetta para a Comissão do Thesouro Publico estabelecida interinamente na Villa da Caxoeira, acompanhando das competentes guias todas as Sommas que se acharem arrecadada e as que forem arrecadando (AMARAL, 1957, p. 395-396).

Creio que a partir desse exemplo seja possível perceber essa preocupação de Braz do Amaral com as fontes. Muito forte também é o seu ideário, aliás, ideário este bastante comum entre os intelectuais das primeiras décadas do século XX de pôr a Bahia como peça central da independência nacional, isso se reflete no título de uma de suas obras: *A Ação da Bahia na obra da Independência Nacional*. O nosso 02 de julho é considerado por ele como a “verdadeira” independência nacional, como ele mesmo diz foi na Bahia que começou a nação brasileira. Encontrei entre a documentação pertencente a Braz do Amaral que se localizam no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, mais um texto sobre a importância da Bahia e a sua participação na luta para a Independência do Brasil, onde este ainda afirma que o ideal de Federação nasceu aqui.⁵

Já Luis Henrique Dias Tavares (2008) dedica os finais dos capítulos a textos como mini-biografias e trechos de documentos.

Considerações Finais

A diferença entre Amaral e Tavares está mais na forma narrativa do que no conteúdo presente em suas obras sobre independência da Bahia. A narrativa de Braz Hermenegildo atende a seu momento histórico ela é minuciosa, rica em detalhes, preocupada transcrever o fato tal qual como esse se deu, Luis Henrique Dias na última edição⁶ mostra seu estudo com um caráter mais acadêmico.

A influência de Amaral em Tavares está nítida em sua produção historiográfica na qual este não faz nenhuma objeção em citá-lo tanto como referencial

Acredita-se que a conspiração para o pronunciamento de 10 de fevereiro de 1821 originou-se na prisão do Aljube,(...). Essa é a versão de Inácio Accioli no volume III do livro *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, aceita por Brás do Amaral em sua *História da Independência da Bahia* (TAVARES, 2008, p. 224).

Quanto sujeito histórico da primeira república na Bahia, principalmente nas disputas territoriais com os nossos estados circunvizinhos

No caso da Bahia, as providências foram adotadas no primeiro governo de J.J.Seabra. Foi esse governador quem escolheu o médico, professor da

⁵ O texto seguinte texto está catalogado como documento número 117 da caixa 1 do arquivo particular de Braz do Amaral encontrado no Arquivo Theodoro Sampaio no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

⁶ Id.

Faculdade de Medicina, historiador e político Brás Hermenegildo do Amaral para localizar e reunir os documentos históricos necessários para a defesa das linhas de demarcação pretendidas pela Bahia (TAVARES, 2008, p. 360).

Um estudo historiográfico vai muito além desse que venho desenvolvendo que é basicamente a comparação entre dois autores, através dessa fonte é possível também fazer um estudo qualitativo abrangendo assim a maior quantidade de obras já existentes sobre determinado tema. Além disso, é uma fonte primordial para quem pretende trabalhar com análise de discurso associando essa fonte às demais, fica a critério de cada um garimpar e escolher as fontes que mais lhe interessem e as que mais tenham a oferecer para a construção da sua pesquisa.

Referências

AMARAL, Braz H. do. Memória Histórica sobre a Proclamação da República na Bahia. *Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, v. 30, p. 3-52, 1904.

_____. 1808-1823. *Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 34, p. 9-15, 1907.

_____. *História da Bahia: do Império à Republica*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

_____. *A Ação da Bahia na obra da Independência Nacional*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

_____. A Conspiração Republicana da Bahia de 1798. *Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 52, p. 113-179, 1926.

_____. Esclarecimento sobre o modo como se preparou a Independência. *Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 54, p. 85-144, 1928.

_____. *Resenha histórica da Bahia*. Bahia: Naval, 1941.

_____. *Historia da independência na Bahia*. 2. ed. Salvador: Liv. Progresso, [1957].

_____. *Recordações Históricas*. Prefácio de Consuelo Pondé de Sena. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado a Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, s/d.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de historia e politica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext#back>. Acesso em: 12 jun. 2010.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

EPPLE, Angelika; MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-143.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontífice Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NEVES, E. F. *Perspectivas Historiográficas Baianas: Esboço Preliminar de Elaboraões Recentes e Tendências Hodiernas de Escrita da História na Bahia*. No prelo.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Mensal. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=855&pagina=2>>. Acesso em 22 nov. 2009.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1966.

_____. Independência como Decisão da Unidade do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, Estados Unidos da América, v. 12, n. 1, 1975.

_____. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL (Instituto Nacional do Livro), 1982.

_____. *O fracasso do Imperador (paradidático)*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. *Questões Ainda não Resolvidas na História da Sedição*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1998.

_____. *Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; Campinas, UNESP, 2003.

_____. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.